ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2020

Pregão Presencial Nº 052/2020

Validade 12 (doze) meses

Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de fornecimento de passagens rodoviárias, para transporte de passageiro para atender necessidades das Secretaria Municipais de Lucas do Rio Verde-MT.

O **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 24.772.246/0001-40, com sede na Avenida América do Sul, nº 2.500-S, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Secretária de Administração, Sra. **ANDRESSA LUCIANA FRIZZO**, brasileira, casada, portadora do RG Nº 4.071.142 SSP/SC e do CPF Nº 008.199.849-06, conforme atribuições legais estabelecidas no Decreto nº 3773 de 19 de janeiro de 2018, doravante denominada **"MUNICÍPIO"**, e a empresa **ARIES TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número **05.643.777/0001-98**, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 7034, bairro Despraiado, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo administrador senhor **EDER AUGUSTO PINHEIRO**, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Avenida Miguel Sutil, nº 7034, bairro Despraiado, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 391915 MAER/DF e CPF/MF n.º 351.374.796-91, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial n. 052/2020, Registro de Preço n. 045/2020**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal n. 4.641/2020, Lei Federal n. 8.666/93, suas alterações e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de fornecimento de passagens rodoviárias, para transporte de passageiro para atender necessidades das Secretaria Municipais de Lucas do Rio Verde-MT, abaixo especificados:

ITEM	CÓD. MAT.	CÓD. TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	163681	219192-0	PASSAGEM NOBRES X LUCAS DO RIO VERDE	UN	11	R$ 41,32	R$ 413,20
2	143780	219192-0	PASSAGEM POSTO GIL X LUCAS DO RIO VERDE	UN	17	R$ 34,40	R$ 584,80

3	163679	219192-0	PASSAGEM BARRA DO GRAÇAS X PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE	UN	26	R$ 159,53	R$ 4.147,78
4	163677	219192-0	PASSAGEM CAMPO VERDE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	33	R$ 92,99	R$ 3.068,67
5	163693	219192-0	PASSAGEM COLÍDER X LUCAS DO RIO VERDE	UN	13	R$ 58,61	R$ 761,93
6	163689	219192-0	PASSAGEM CÁCERES X LUCAS DO RIO VERDE	UN	11	R$ 134,61	R$ 1.480,71
7	143778	219192-0	PASSAGEM DE ALTA FLORESTA X LUCAS DO RIO VERDE	UN	35	R$ 89,74	R$ 3.140,90
8	142588	219192-0	PASSAGEM DE CUIABA X LUCAS DO RIO VERDE	UN	2055	R$ 74,52	R$ 153.138,60
9	143776	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X ALTA FLORESTA	UN	75	R$ 90,69	R$ 6.801,75
10	142562	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X CUIABA	UN	2205	R$ 74,05	R$ 163.280,25
11	142582	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X NOVA MUTUM	UN	106	R$ 21,06	R$ 2.232,36
12	159417	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X PRIMAVEIRA DO LESTE	UN	63	R$ 112,04	R$ 7.058,52
13	159415	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X RONDONOPOLIS	UN	68	R$ 124,90	R$ 8.493,20
14	142564	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X SINOP	UN	561	R$ 18,86	R$ 10.580,46
15	142572	219192-0	PASSAGEM DE LUCAS DO RIO VERDE X SORRISO	UN	397	R$ 15,35	R$ 6.093,95
17	142586	219192-0	PASSAGEM DE NOVA MUTUM X LUCAS DO RIO VERDE	UN	96	R$ 21,53	R$ 2.066,88
18	159423	219192-0	PASSAGEM DE PRIMAVERA DO LESTE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	38	R$ 111,56	R$ 4.239,28
19	159421	219192-0	PASSAGEM DE RONDONOPOLIS X LUCAS DO RIO VERDE	UN	48	R$ 125,66	R$ 6.031,68
20	142566	219192-0	PASSAGEM DE SINOP X LUCAS DO RIO VERDE	UN	511	R$ 18,86	R$ 9.637,46
21	142576	219192-0	PASSAGEM DE SORRISO X LUCAS DO RIO VERDE	UN	347	R$ 16,00	R$ 5.552,00
23	163705	219192-0	PASSAGEM DIAMANTINO X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 48,65	R$ 389,20
25	163699	219192-0	PASSAGEM GUARANTÃ X LUCAS DO RIO VERDE	UN	18	R$ 83,13	R$ 1.496,34
28	163683	219192-0	PASSAGEM JANGADA X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 58,10	R$ 464,80
29	163678	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X BARRA DO GRAÇAS	UN	31	R$ 158,82	R$ 4.923,42
30	163674	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X CAMPO VERDE	UN	38	R$ 94,42	R$ 3.587,96
31	163692	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X COLÍDER	UN	28	R$ 60,04	R$ 1.681,12
32	163688	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X CÁCERES	UN	26	R$ 134,61	R$ 3.499,86

33	163704	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X DIAMANTINO	UN	13	R$ 53,00	R$ 689,00
35	163698	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X GUARANTÃ	UN	23	R$ 74,58	R$ 1.715,34
38	163682	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X JANGADA	UN	13	R$ 59,04	R$ 767,52
39	163696	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X MATUPÁ	UN	18	R$ 69,36	R$ 1.248,48
40	163680	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X NOBRES	UN	16	R$ 45,12	R$ 721,92
41	163694	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X NOVA CANAÃ DO NORTE	UN	13	R$ 69,51	R$ 903,63
42	163690	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X NOVA SANTA HELENA	UN	23	R$ 53,56	R$ 1.231,88
43	163700	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X PEIXOTO DE AZEVEDO	UN	13	R$ 74,94	R$ 974,22
44	142584	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X POSTO GIL	UN	67	R$ 38,15	R$ 2.556,05
45	163702	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X ROSÁRIO OESTE	UN	21	R$ 49,66	R$ 1.042,86
46	163686	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X TANGARÁ DA SERRA	UN	38	R$ 89,68	R$ 3.407,84
47	163710	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X TERRA NOVA DO NORTE	UN	13	R$ 59,46	R$ 772,98
48	163684	219192-0	PASSAGEM LUCAS DO RIO VERDE X VÁRZEA GRANDE	UN	78	R$ 74,05	R$ 5.775,90
49	163697	219192-0	PASSAGEM MATUPÁ X LUCAS DO RIO VERDE	UN	13	R$ 68,98	R$ 896,74
50	163695	219192-0	PASSAGEM NOVA CANAÃ DO NORTE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 65,71	R$ 525,68
51	163691	219192-0	PASSAGEM NOVA SANTA HELENA X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 53,56	R$ 428,48
52	163701	219192-0	PASSAGEM PEIXOTO DE AZEVEDO X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 67,34	R$ 538,72
53	163703	219192-0	PASSAGEM ROSÁRIO OESTE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	11	R$ 45,86	R$ 504,46
54	163711	219192-0	PASSAGEM TERRA NOVA DO NORTE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	8	R$ 58,03	R$ 464,24
55	163685	219192-0	PASSAGEM VÁRZEA GRANDE X LUCAS DO RIO VERDE	UN	53	R$ 74,52	R$ 3.949,56
56	163687	219192-0	PASSAGEM TANGARÁ DA SERRA X LUCAS DO RIO VERDE	UN	33	R$ 85,66	R$ 2.826,78
						VALOR TOTAL	**R$ 446.789,36**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Lucas do Rio Verde não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos serviços referidos na

cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2020– Registro de Preços n. 045/2020**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar as notas fiscais eletrônicas correspondentes a execução do serviço objeto desta ata, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Departamento de Compras e Contratos.
3.2. Após o ATESTO do servidor responsável pela fiscalização desta Ata, o **MUNICÍPIO** efetuará o pagamento das Notas Fiscais, mediante Ordem Bancária, e serão efetuados na terceira ou quarta semana do mês desde que não exceda o período de 30 (trinta) dias, ocasião em que deverá ser pago dentro deste prazo, mediante a apresentação da competente nota fiscal e das devidas ordens de fornecimento, atestada pelo servidor designado pelo Município para a fiscalização do contrato;
3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
3.4. A DETENTORA DA ATA deverá apresentar as seguintes documentações:
3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Divida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Lucas do Rio Verde;
3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
3.5. Nenhum pagamento será efetuado A DETENTORA DA ATA enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
3.6. O CNPJ da A DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
4.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
4.3. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

4.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
4.5. O prazo de fornecimento do objeto é de até 12 (doze) meses, porém a empresa vencedora deverá emitir os bilhetes de passagem após o recebimento da requisição emitida pelo departamento de Compras e Contratos autorizando o fornecimento, e o serviço de transporte será realizado, conforme solicitação da secretaria demandante.
4.6. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.
4.7. Se a qualidade dos serviços fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele deverá ser refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.
4.8. Se durante o prazo de validade da ata, o objeto/serviços entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Do Município:
5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.3. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.1.4. Fornecer à Detentora da Ata todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato;
5.1.5. Pagar à Detentora da Ata na forma estabelecida neste instrumento, efetuando a retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;
5.1.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento deste instrumento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;
5.1.7. Exigir a apresentação de notas fiscais com as requisições fornecidas, recibos, atestados, declarações e outros documentos que comprovem as operações realizadas, o cumprimento de pedidos, o atendimento de providências, o compromisso de qualidade, etc, bem como fornecer à Detentora da Ata recibos, atestados, vistos, declarações e autorizações de compromissos que exijam essas comprovações.
5.1.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
5.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
5.2.**Da Detentora da Ata:**
5.2.1. Atender as requisições do MUNICÍPIO, fornecendo o objeto licitado na forma estipulada neste instrumento, principalmente quanto ao prazo de execução/entrega;
5.2.2. Entregar o objeto licitado no local e forma indicada pelo MUNICÍPIO, obedecendo aos prazos estipulados.
5.2.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente Ata, sem prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO;

5.2.5. Credenciar junto ao MUNICÍPIO um representante e números de telefone e fax para prestar esclarecimentos e atender as solicitações, bem como reclamações que porventura surgirem durante a execução contratual;
5.2.6. Indicar, a pedido do MUNICÍPIO, telefones para contato fora dos horários normais de atendimento, inclusive finais de semana e feriados, para os casos excepcionais que porventura venham a ocorrer;
5.2.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus empregados, prepostos ou terceiros no exercício de suas atividades, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
5.2.8.. Responder, integral e exclusivamente, pelas despesas relativas aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
5.2.8.1. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
5.2.9. Manter durante a execução da Ata todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
5.2.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais/serviços que se verificarem defeituosos, incorretos ou fora do prazo de validade, resultantes da entrega/execução do objeto deste contrato.
5.2.12. Quando requisitado, entregar/executar em local designado pelo MUNICÍPIO, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.13. A Detentora deve ser responsável pela qualidade dos serviços prestados.
5.2.14. Atender as todas as demais condições descritas no Edital e Termo de Referência que deram origem à presente Ata.
5.2.15. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como o seu transporte até o local determinado para sua entrega (ou instalação, conforme o caso).
5.2.16. A Detentora obriga-se a respeitar as normas técnicas, desenhos e especificações pertinentes ao objeto licitado.
5.2.17. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar imediatamente a Secretaria de Infraestrutura e Obras, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar a fiel execução da Ata;
5.2.18. Comparecer, sempre que convocada pela fiscalização, ao local designado pela Secretaria responsável, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto fornecido.
5.2.18.1. Sempre que convocada, por telefone, correspondência, e-mail, etc. a Detentora deverá comparecer em até 24 (vinte e quatro) horas no local designado pela Secretaria responsável para recebimento de Ordem de Serviço.
5.2.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5.2.20.Reservar, emitir e fornecer passagens terrestres em conformidade com os procedimentos legais;

5.2.21.Os serviços somente serão fornecidos mediante apresentação de autorização de passagem expedida pelas Secretarias Municipais as quais expedirão mediante suas necessidades e demanda;

5.2.22. A empresa vencedora deverá manter diariamente passagens disponíveis, inclusive fora do expediente administrativo de trabalho, incluindo sábados, domingos e feriados e que compreendam todos os itinerários descritos no objeto;

5.2.23.Todos os bilhetes de passagens deverão conter a informação "*Pagamento à conta de Recursos Público, Reembolsável somente ao órgão requisitante ou comprador"*;

5.2.24. Fornecer passagens rodoviárias, pelo valor das tarifas de acordo com as condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preços.

5.2.25.O valor do bilhete, não poderá, em nenhuma circunstância, ser superior àquele vendido no balcão, independentemente de qualquer tipo de promoções praticadas pelas respectivas empresas de transporte;

5.2.26. Emitir relatório mensal, constando as seguintes informações: Bilhetes utilizados; Data da emissão; Nome do passageiro; Nº do bilhete; Trecho; Tarifa;

5.2.27. Os serviços deverão ser executados em veículos de transporte de passageiros, com ar-condicionado, de propriedade de empresa detentora de permissão legal para a execução dos serviços de transporte de passageiros intermunicipal;

5.2.28. A empresa vencedora será responsável por acidentes, danos pessoais e/ou materiais causados a qualquer passageiro, assumindo as responsabilidades civis, criminais, previdenciárias e jurídicas decorrentes;

5.2.29. A empresa vencedora somente poderá fornecer passagens rodoviárias de veículos devidamente segurados contra terceiros (passageiros).

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor da Ata;

6.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo da Ata no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com o consequente cancelamento da avença, observado o escalonamento estabelecida pelo art. 6º, II do Decreto Municipal nº. 4.236/2019;

6.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata, no caso da DETENTORA DA ATA, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

6.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 05 (cinco) anos;

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

6.2. As sanções previstas nos itens 6.1.1, 6.1.5, 6.1.6, poderão ser aplicadas conjuntamente com os itens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, garantida a defesa prévia do interessado.
6.3. As sanções previstas nos itens 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4 deverão ser pagas em até 05 (cinco) dias úteis contados da notificação à contratada da decisão que a aplicou.
6.3.1. Em não havendo o pagamento voluntário, a administração municipal poderá:
6.3.1.1. Descontar o valor da multa dos pagamentos porventura devidos à Detentora da Ata;
6.3.1.2. Inscrevê-la em dívida ativa para futura cobrança judicial, na impossibilidade de adoção da medida prevista pelo item anterior.
6.4. Ocorrendo à inexecução de que trata o item 6.1, reserva-se ao órgão contratante o direito de convidar os demais proponentes inscritos no Cadastro de Reserva, ou em não havendo, os demais classificados, seguindo a ordem de classificação, para assumir a obrigação nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
6.5. A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.
6.6. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata, aplicando-se, para esse fim, as regras dispostas pelo Decreto Municipal nº. 4.236/2019.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

7.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
7.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
7.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).
7.2.1. Na análise dos pedidos de revisão não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.
7.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
7.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
7.5 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

7.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
7.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
7.8 Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.
7.9. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.
7.10 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
7.11. Se, após a avaliação, restar comprovado os argumentos apresentados pelo Detentor da Ata de que trata o item 8.8, o Órgão Gerenciador tomará as seguintes providências:
7.11.1. Convocar todos os fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação, a fim de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados;
7.11.2. Caso algum dos fornecedores cadastrados aceite manter o preço original, proceder-se-á a liberação do Detentor da Ata, sem aplicação de penalidade se o pedido realizado ocorreu antes do pedido de fornecimento, e celebração da Ata com o novo fornecedor;
7.11.3. No caso do subitem anterior, o fornecedor que aceitar a manutenção do preço original deverá comprovar a exequibilidade da proposta em face de todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto;
7.11.4. Inexistindo cadastro de reserva, ou caso todos os integrantes do cadastro de reserva não aceitem manter o valor original da Ata, o Órgão Gerenciador poderá conceder a revisão de preços ao beneficiário original que a pleiteou, majorando os preços registrados de acordo com a avaliação realizada, ou liberá-lo, sem aplicação de penalidade se o pedido realizado ocorreu antes do pedido de fornecimento, revogando a Ata.
7.12. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração após a sua avaliação, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.
7.13. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.
7.14. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição dos bens/serviços, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.1.1. A detentora descumprir as condições previstas nesta ata de registro de preços;

8.1.2. A detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. A detentora sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas dos itens 8.1.1, 8.1.2. e 8.1.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa

8.2.1. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.2.1.1 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial do Tribunal de Contas do estado de Mato Grosso, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.3 A ata de registro de preços poderá ser cancelado pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

8.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.4.1. por razão de interesse público; ou

8.4.2. a pedido do fornecedor.

8.5. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

9.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

9.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho/Requisição e respectiva Ordem de Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das

cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMUNICAÇÕES

10.1 As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2020 – REGISTRO DE PREÇOS 045/2020** e a proposta da empresa **ARARAUNA TURISMO ECOLÓGICO LTDA – EPP,** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

11.1.1. É parte integrante desta Ata o Relatório de Cadastro de Reserva constante do Anexo I.

11.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira, Decreto Municipal nº. 4.641/2020 e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

11.3 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes elegem o foro da Comarca de Lucas do Rio Verde, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Lucas do Rio Verde-MT, 10 de junho de 2020

MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE
MUNICÍPIO
Andressa Luciana Frizzo
Secretária Municipal de Administração

ARIES TRANSPORTES LTDA
DETENTORA DA ATA
EDER AUGUSTO PINHEIRO
Administrador

Jéssica Regina Wohlemberg
Pregoeira

Thayane Aparecida de Souza
Equipe de apoio

Keithelhe Hungria Severino
Equipe de apoio

Rosângela Barella
Equipe apoio

Nome: Lucileide Queiroz Gurka
CPF: 384.633.261-53

Nome: Elizangela Marinho Da Silva Amorim
CPF: 667.829.701-63

LRV
Fls_____
Assinatura

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2020
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2020

A Empresa **ARIES TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número **05.643.777/0001-98**, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 7034, bairro Despraiado, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo administrador senhor **EDER AUGUSTO PINHEIRO**, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Avenida Miguel Sutil, nº 7034, bairro Despraiado, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 391915 MAER/DF e CPF/MF n.º 351.374.796-91, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", **declaramos que temos conhecimento e não há quaisquer dúvidas sobre o que segue**:

a)as informações constantes no Edital, inclusive Termo de Referência, Condições e Prazo de Execução e Prazo de Entrega do objeto, do Processo Licitatório acima descrito;

b) cláusulas contratuais e condições para o cumprimento das obrigações do Instrumento assinado;

c) que os fiscais designados para fiscalizar e acompanhar o processo de execução e/ou fornecimento, serão:
Fiscal Sra. Elizangela Marinho Da Silva Amorim, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social
Suplente Sra. Gisele Bellotti de Rezende, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Declaramos ainda, o pleno conhecimento e atendimento às exigências contratuais, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e Legislação Municipal aplicável ao caso, desta forma, firmamos a presente declaração.

Lucas do Rio Verde-MT, 10 de Junho de 2020

ARIES TRANSPORTES LTDA
DETENTORA DA ATA
EDER AUGUSTO PINHEIRO
Administrador